

Polícia tenta identificar obras

O delegado Magnaldo Nicolau determinou que a empresa construtora OAS apresente as relações de obras realizadas nos últimos anos com verbas provenientes de emendas de parlamentares e subvenções sociais. A empresa baiana terá que fornecer, também, a relação de todas as obras públicas e particulares realizadas de 1988 até agora no interior da Bahia. O pedido foi feito ao diretor de desenvolvimento da OAS, Marcelo dos Santos Flores, que depôs ontem por mais de uma hora na Polícia Federal, em Brasília.

Ontem, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, determinou à Polícia Federal a abertura de inquérito para investigar denúncias do empresário Cecílio Rêgo de Almeida sobre o funcionamento de esquemas de corrupção com verba pública. No ofício, encaminhado ao delegado Paulo Lacerda, Junqueira requer atenção especial para uma possível conexão entre o favorecimento a empreiteiras e o Esquema PC Farias.

Antes de enviar o ofício, Junqueira se reuniu com os subprocuradores Mardem Costa Pinto e Haroldo Ferraz da Nóbrega, designados para acompanhar a CPI do Orçamento. Depois da reunião Junqueira teve um encontro com todos os procuradores da República do Distrito Federal. Em pauta, a aplicação da Lei nº 8.429/92, que trata de enriquecimento ilícito. Junqueira está

empenhado em difundir entre os membros do Ministério Público a importância desta lei em casos de corrupção.

Comunicação — Em outro ofício Junqueira comunicou a providência ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa. Ele tomou a decisão após analisar a entrevista que o dono da CR Almeida concedeu a um jornal de São Paulo revelando como funciona o esquema de corrupção entre as empreiteiras, o Executivo e o Congresso Nacional.

No depoimento na Polícia Federal, Marcelo Flores confirmou ao delegado que conhecia o deputado João Alves e o economista José Carlos Alves dos Santos, esclarecendo porém que o relacionamento com eles era normal e estritamente profissional. Flores explicou que a função dele era acompanhar os assuntos que interessavam a OAS e, cuidar do relacionamento da empresa com os clientes. O diretor da OAS, no entanto, negou que a empresa tenha pago propina a qualquer parlamentar em troca de liberação de verbas.

Marcelo Flores admitiu, ainda, acompanhar os passos das verbas tanto nos Ministérios como na Comissão de Orçamento. Este trabalho, segundo ele, permitia que a empresa soubesse quais as verbas que seriam liberadas para que pudesse disputar o mercado. Conforme o advogado da OAS, Márcio Thomas Bastos, esta estratégia era adotada para evitar

contratempos, uma vez que, muitas prefeituras que tinham projetos realizavam licitações, mas não tinham verbas para iniciar as obras. Flores disse ao delegado Magnaldo Nicolau que 50 por cento do faturamento da OAS é proveniente de obras e verbas do Governo, mas negou o superfaturamento das obras.

A OAS, por sua vez, não acredita que o fato do diretor Marcelo Flores já ter sido indiciado no inquérito do caso PC Farias venha a prejudicar ou até pesar contra a empreiteira na apuração da CPI do Orçamento. A direção da construtora, no entanto, já decidiu que vai processar o empresário Cecílio Rêgo de Almeida, por calúnia e difamação. Segundo Márcio Thomas Bastos, a OAS vai processar criminalmente o dono da Construtora CR Almeida por danos materiais e morais. "É uma entrevista insandecida, na qual ele acusa todas as pessoas do Brasil. Não é possível que uma pessoa ataque uma empresa séria, chamando-a de "balcão de franchising da corrupção", é um absurdo", acrescentou.

Embora desancando a empresa OAS, Cecílio se negou a citar outras empreiteiras, mas lembrou que esse esquema de corrupção é antigo e admite que 1971 pagou mais de 1 milhão de dólares para o então governador do Paraná, Haroldo Leon Peres, para autorizar o pagamento de uma dívida de 26 milhões de dólares para com a CR Almeida.